



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2011.0000174840**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0109698-68.2005.8.26.0000, da Comarca de Mauá, em que é apelante IVONETE LEITE DA SILVA sendo apelado SABETUR TURISMO SAO BERNARDO LTDA.

**ACORDAM**, em 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GRAVA BRAZIL (Presidente) e JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA.

São Paulo, 6 de setembro de 2011

**Antonio Vilenilson**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Voto nº 12874**

**Apelação Cível nº 0109698-68.2005.8.26.0000 – Mauá**

**Apelante: Ivonete Leite da Silva**

**Apelada: Sabetur Turismo São Bernardo LTDA**

**CONFIRMA-SE SENTENÇA QUE BEM ANALISOU  
OS FATOS E AS PROVAS CONSTANTES DOS  
AUTOS. APLICAÇÃO DO ART. 252 DO  
REGIMENTO INTERNO DESTA E. TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA.**

A r. sentença de fls. 370/372, da lavra da eminente Juíza de Direito Dra. Ida Inês Del Cid, cujo relatório adoto, julgou improcedente pedido de indenização pela morte do marido da autora, atropelado por ônibus da ré. Assim decidiu porque não foi provada a culpa do preposto da ré e porque a causa da morte da autora foi outra que não o acidente.

Apela a autora. Insiste na condenação da apelada, porquanto estão provadas a culpa do imprudente motorista, que até se evadiu, deixando de prestar socorro ( a omissão do socorro foi decisiva para a morte).

Recebido o recurso, vieram contrarrazões.

É o relatório.

A r. sentença está correta e será confirmada pelos seus próprios fundamentos, como autorizam o art. 252 do Regime Interno



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

deste e. Tribunal de Justiça e a jurisprudência, notadamente a deste próprio Tribunal (Apel. Cível nº 0102667.26-2007.8.26.0000, 9ª Câm. de Dir. Privado, Rel. Desembargador Viviani Nicolau, j. 7.06.2011; Agravo de Instrumento nº 0003886.27.2011.8.26.0000, 8ª Câm. de Dir. Privado, Rel. Desembargador Caetano Lagrasta, j. 23.3.2011) e a do e. Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005).

Eis os referidos fundamentos (fls. 370/372 ):

*“A autora ajuizou a presente ação e imputa aos requeridos culpa, em acidente de trânsito. Alega, em toda a narração exposta na petição inicial, que, o preposto da requerida conduzia o ônibus que atropelou a vítima, com culpa, na modalidade de imprudência, pois que, em alta velocidade. A prova cabe a quem alega, e a autora dela não se desincumbiu. No decorrer da instrução processual nada foi apurado. No inquérito policial (nº44/00), o Ministério Público pugnou pelo arquivamento do referido inquérito, visto que apurava a culpa do motorista do coletivo. A testemunha, Luiz da Silva, aqui ouvido, e também ouvido na Delegacia de Polícia, declarou que o motorista do ônibus não empregava velocidade alta no momento do atropelamento, e*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*que o local tinha pouca iluminação. Destarte, nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar a imprudência alegada pela autora em sua petição inicial. De rigor, portanto, o decreto de improcedência. Outrossim, e ao que parece, a morte do autor teve causa, que não se relaciona com o acidente sofrido (fls. 207).”*

O que a r. sentença diz alcança e supera os argumentos pertinentes do recurso.

Pelas razões expostas, nego provimento ao recurso.

**Des. Antonio Vilenilson**  
**Relator**